

Iniciativa: Registro de Preços Nacional (RPN)

Diretoria de Administração (Dirad)

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

Responsável: Garibaldi José Cordeiro de Albuquerque, Diretor de Administração Substituto

Equipe: Alisson Rafael Rodrigues Alves, Aloma Marques Taveira, Andréia Couto Ribeiro, Andressa Maria Rodrigues Klosovski, Fernanda Cristinne Rocha de Paula, Gerson Quirino de Sousa, João Antônio Lopes de Oliveira, Leilane Mendes Barradas, Monica Jamal Gotti, Nelle Cristina Guimarães Garcia, Ronaldo Bezerra Leite, Silvério Moraes da Cruz e Yara Cristine dos Santos Costa.

Endereço: Esplanada Setor Bancário Sul, quadra 02, bloco F, Edifício FNDE, 1º subsolo, sala 08
Brasília-DF
CEP: 70.070-929
Telefone: (61) 2022-4801
garibaldi.jose@fnde.gov.br

Data do início da implementação da iniciativa: Abril de 2007

Resumo

Implementação de modelo gerencial de compras governamentais por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), chamado Registro de Preços Nacional (RPN), no qual são elaboradas especificações de materiais, em atendimento às demandas dos alunos do sistema de educação básica brasileiro (estados e municípios), proporcionando adequação às reais necessidades de seus usuários e maior qualidade. A ferramenta é baseada em arranjo institucional entre entes públicos e privados, visando a padronização, adequação e qualidade dos produtos adquiridos. Dessa forma, o governo federal vale-se do conhecimento dos seus diversos órgãos e técnicos para realizar um único processo de compra para todo o país sem, necessariamente, precisar efetivar qualquer contrato, disponibilizando apenas o registro de preços, obtido por meio de pregão eletrônico. Assim, o processo de aquisição se torna menos burocrático e oneroso, primando pelos princípios da legalidade, eficiência e economicidade.

Caracterização da situação anterior

Em julho de 2005, foi publicada a Resolução CD/FNDE nº 027, que definiu a gestão compartilhada de compras entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e as diversas secretarias do Ministério da Educação (MEC). Dessa forma, o FNDE passou a ser responsável pelas grandes compras do MEC e de seus parceiros, subsidiando, assim, a implementação de políticas públicas no âmbito da educação.

Antes dessa medida, o governo federal repassava valores aos municípios (transferências voluntárias) e estes deveriam realizar os certames licitatórios. No entanto, diante da falta de capacidade técnico-administrativa, muitas vezes os produtos adquiridos eram de baixa qualidade, não atendendo plenamente às necessidades dos usuários. Ainda, por se tratar de compras de menor vulto, tais produtos eram adquiridos por valores altos, incompatíveis com seus respectivos graus de qualidade.

A partir da nova demanda, foram discutidas alternativas para superar os desafios, tanto gerenciais quanto relacionados à própria implementação das políticas, tais como:

- a) Falta de produtos/materiais padronizados e adequados: o sistema educacional carecia de produtos e materiais adequados à real necessidade dos alunos e demais componentes da comunidade escolar, como mobiliário escolar, computadores, ônibus escolar etc.
- b) Falta de capacidade técnico-administrativa dos entes federados, especialmente dos municípios, e lentidão no processo de contratação: executar um procedimento com tamanha complexidade

demanda um tempo excessivo, que compromete o atendimento adequado a determinada necessidade, bem como o nível de qualidade e a padronização dos produtos ofertados.

c) Falta de planejamento da execução de políticas públicas: o planejamento em políticas públicas deve ser visto como um processo e não apenas como um produto técnico.

d) Falta de transparência: a possibilidade de haver controle e acompanhamento, tanto por órgãos especializados quanto pelo próprio público, de pequenas aquisições por parte de 5.565 municípios, é quase inexistente. Assim, há um grande risco de corrupção e fraude.

e) O governo federal não dispõe de recursos financeiros suficientes para atender às necessidades de todos os municípios, estados e Distrito Federal.

Descrição da iniciativa

Diante do quadro apresentado, foi estruturado um modelo gerencial, denominado Registro de Preços Nacional (RPN), que se baseia na hipótese de que o governo federal, valendo-se do conhecimento dos seus diversos órgãos e técnicos, é capaz de realizar apenas um único processo de compra para todo o país sem, todavia, precisar efetivar qualquer contrato, disponibilizando apenas o registro de preços, obtido por meio de pregão eletrônico. Assim, o processo de aquisição se torna menos burocrático e oneroso, e prima pelos princípios da legalidade, eficiência e economicidade.

Com base na demanda proveniente dos alunos da educação básica, são confeccionadas especificações de produtos e materiais para atendimento ao sistema educacional brasileiro (estados e municípios), proporcionando adequação às reais necessidades de seus usuários e maior qualidade. A especificação de cada produto é realizada com a colaboração de grupos de especialistas, considerando que as compras são efetuadas com intuito de atender às demandas de todo o país por produtos de especificações complexas (por vezes não encontradas em produtos usuais de mercado), como ônibus escolar, mobiliários escolares, uniformes escolares etc.

Para constituição do preço dos produtos a serem adquiridos – parâmetro utilizado pela administração pública para verificar a exequibilidade dos preços cotados pelos fornecedores participantes dos procedimentos licitatórios –, é realizado estudo de mercado que, além de estabelecer o preço de referência, afere a viabilidade das especificações dos produtos em relação à disponibilidade do mercado, bem como do modelo logístico proposto, diante da capacidade operacional dos fornecedores. Considerando que os produtos/materiais pertencem a mercados distintos, de características específicas (processo produtivo, por exemplo), com diferentes relações com as variáveis mercadológicas (políticas fiscais, demanda/oferta, evolução tecnológica etc.), e que variam ao longo do tempo, o principal objetivo desse estudo é o mapeamento de tais mercados no momento da licitação, subsidiando, assim, a escolha da melhor estratégia para sua realização. A especificação e os direcionamentos do estudo de mercado compõem o termo de referência que irá subsidiar o certame licitatório.

O processo pré-licitatório passa, ainda, por uma audiência pública com os entes federados, fornecedores e demais participantes de relevância para o processo, com intuito de agregar as contribuições dos futuros usuários, consolidar as especificações e o modelo de aquisição, agregando maior eficiência ao pregão e transparência ao modelo proposto.

É realizado pregão eletrônico para registro de preços, ou seja, não há compromisso contratual assumido por parte do governo federal com os fornecedores. Os preços ofertados pelos fornecedores vencedores do pregão são registrados em ata, cuja validade pode variar de seis meses a um ano.

Os fornecedores vencedores do certame devem apresentar protótipos dos produtos/materiais. Estes passam por controle de qualidade, junto a laboratórios acreditados, que atestam sua adequação ao termo de referência.

A partir do atesto de qualidade dos produtos, os entes federados interessados poderão aderir à ata de registro de preços. Os recursos utilizados para a aquisição podem ser próprios ou provenientes de emendas parlamentares, de linha de crédito ofertada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou de convênios.

A conclusão do processo de aquisição se dá com a entrega do produto, havendo, ainda, nessa fase, controle da qualidade, por meio do acompanhamento da produção, verificação da conformidade com emissão de laudos e/ou selo de conformidade, de acordo com o tipo de produto, por parte do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) ou outros laboratórios acreditados.

Concepção da inovação e trabalho em equipe

Tendo em vista a crescente demanda por produtos para atendimento da educação básica e superior, a Coordenação Geral de Compras e Contratos (CGCOM) da Diretoria de Administração do FNDE, formulou o modelo de SRP.

A área de compras do FNDE é estruturada de forma a facilitar o fluxo do processo. A Divisão de Mercado e Qualidade (Dimeq), que compõe a estrutura dessa área, recebe a demanda do Ministério da Educação e de outras diretorias do FNDE, baseada no censo escolar, colhido por pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A atribuição da Dimeq é fazer as adequações do termo de referência, especialmente no que se refere às especificações e à estratégia para a realização do procedimento licitatório. Para tanto, conta com o apoio de órgãos especializados que estabelecem parceria com a Autarquia. Entre eles encontram-se: o Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes da Universidade de Brasília (Ceftru/UnB), o Inmetro, a Fundação para o Desenvolvimento da Educação de São Paulo (FDE/SP), o Registro Brasileiro de Navios e Aeronaves (RBNA), a Marinha Brasileira, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), bem como a Fundação Getúlio Vargas (FGV), responsável pela realização de pesquisa de mercado.

Sequencialmente, é realizada audiência pública, organizada pela Divisão de Articulação e Controle (Diarc), componente da CGCOM, junto ao grupo de fornecedores e outros interessados, para debates acerca da primeira proposta de especificações, bem como da capacidade do parque produtivo em atender à demanda do governo.

Após serem consolidadas as especificações e o preço de referência, é realizado o pregão eletrônico, na modalidade de registro de preços, pela equipe de pregoeiros da Coordenação de Compras e Contratos (Cecom). Os fornecedores vencedores da licitação devem apresentar protótipo do produto/material, que passará por processo de verificação da qualidade junto ao Inmetro ou a seus laboratórios acreditados.

Em seguida, é lavrada a ata do registro de preços, disponibilizada aos entes federados interessados por período, geralmente, de um ano. O gerenciamento da ata é realizado pela Diarc.

Verifica-se, portanto, integração inter e intrainstitucional das equipes, com vistas a oferecer um produto que atenda às necessidades, tanto quantitativas quanto qualitativas, de seu público-alvo.

Objetivos da iniciativa

Criação de um modelo centralizado de compras, planejado com o intuito de atender a todos os estados e municípios, com as seguintes vantagens:

- a) Padronização e adequação dos materiais: garantia de compra de bens com especificações adequadas.
- b) Redução dos preços: a compra centralizada pressiona os preços para baixo.
- c) Assistência técnica aos estados e municípios: desoneração da necessidade de realização de processos licitatórios e oferta de produtos adequados e de qualidade.
- d) Racionalidade processual: atendimento a todo o território nacional com um único procedimento licitatório.
- e) Diversidade nas formas de aquisição dos bens.
- f) Controle de qualidade: os produtos passam por verificação em relação às normas estabelecidas no termo de referência e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
- g) Transparência e publicidade: uma grande compra gera, automaticamente, o acompanhamento dos órgãos de controle, das empresas participantes e da mídia e, por isso, consequentemente, é alvo também do controle social.

Além disso, a realização de audiência pública aumenta a divulgação e incorpora sugestões do setor envolvido.

Público-alvo da iniciativa

São beneficiados diretamente os governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, especialmente suas máquinas administrativas, pois não precisam realizar um procedimento licitatório complexo, tendo acesso a produtos adequados, de qualidade, ao menor custo possível.

Também são atingidos os alunos e a comunidade escolar dos sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal, que se beneficiam de uma educação de maior qualidade.

Ações e etapas da implementação

O modelo Registro de Preços Nacional (RPN) foi inicialmente pensado para auxiliar a implementação de políticas públicas educacionais, a partir do ano de 2007. Sua primeira aplicação se deu na execução de programa relativo ao transporte escolar.

Inicialmente, foi feita pesquisa, pelo Ceftru, com intuito de chegar ao custo/aluno do transporte escolar, em atendimento ao Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE). Durante a pesquisa, foram verificadas as condições precárias do transporte nas áreas rurais e, dessa forma, houve a necessidade de formulação de um instrumento gerencial capaz de suprir esse déficit.

Diante da constatação de que os municípios brasileiros possuem poucos recursos humanos, técnicos e financeiros, concluiu-se que não seria produtora a mera transferência desses recursos, pois isso não garantiria a resolução dos problemas de ineficiência e insuficiência. Era necessária a configuração de um modelo que conjugasse a oferta de diferentes formas de obtenção de recursos financeiros, de isenções fiscais aos fornecedores, a fim de fomentar a iniciativa, e, ainda, de produtos adequados às necessidades locais, com o menor custo possível, que seguisse os princípios da legalidade e da transparência em todas as suas etapas.

A primeira medida foi estabelecer a compra centralizada, isso porque isentaria os municípios da realização da licitação, trazendo racionalidade processual, já que seria feito apenas um procedimento licitatório e, ainda, traria ganho de escala à compra (quanto maior a compra, maior a capacidade de redução dos custos).

Em seguida, foram concentrados esforços para a confecção do termo de referência. Nessa etapa, constatou-se a necessidade de estabelecer parceria com especialistas, pois o veículo necessário ao atendimento das condições de transporte no meio rural deveria possuir características específicas. A parceria foi estabelecida com o próprio Ceftru que, junto à equipe de compras do FNDE, chegou à primeira proposição de especificações.

Para a realização de qualquer licitação, faz-se necessário o estudo de mercado, especialmente no caso de produtos tão peculiares. Com ele, chega-se ao preço de referência e à melhor estratégia de compra (por itens ou grupos, por lote único ou fracionado geograficamente etc.).

Por se tratar de produtos diferenciados e específicos, constatou-se a necessidade de consultar o meio produtivo acerca da viabilidade das especificações e da capacidade do setor em atender ao quantitativo previsto na compra. Assim, foi realizada audiência pública, consolidando o termo de referência, bem como agregando transparência a todo o processo.

Após todas essas etapas, a proposta de aquisição foi consolidada, levando em conta as contribuições de todos os agentes envolvidos até então.

A última ferramenta inserida no processo se refere ao controle de qualidade. Diante da complexidade do novo produto, é essencial a verificação de sua adequação às especificações propostas, garantindo, assim, a consecução do objetivo desta inovação: a entrega de produtos padronizados, adequados e com qualidade aos alunos da educação básica do sistema público de ensino brasileiro.

O sucesso obtido no primeiro processo foi estendido a todas as compras de produtos que possuem especificações diferenciadas para atendimento às demandas com necessidade de oferta de abrangência nacional (estados, municípios e Distrito Federal).

Atualmente, o referido modelo se aplica às compras dos seguintes produtos/materiais: ônibus escolares rurais, mobiliário escolar, bicicletas escolares, capacetes para bicicleta escolar, medicamentos e equipamentos médicos para atendimento aos hospitais universitários, laboratórios de informática, uniformes escolares, *laptop* em atendimento ao Programa Um Computador por Aluno, Laboratório Móvel de Ensino Técnico Profissionalizante (E-Tec), consultórios itinerantes e projetores interativos.

Para cada procedimento licitatório para aquisição de um novo produto, ou mesmo em casos de compras de produtos anteriormente registrados ou de mesma natureza, é verificada a necessidade de aprimoramento de alguma etapa do processo e do estabelecimento de novas parcerias, havendo acúmulo de experiência e aprendizado para a Autarquia.

Descrição dos recursos financeiros, humanos, materiais e tecnológicos

Os recursos humanos utilizados para criação, planejamento, execução e monitoramento da ferramenta gerencial são provenientes da Diretoria de Administração do FNDE, bem como dos parceiros que integram o processo (Ceftru, Inmetro etc.), além de representantes do MEC (demandantes).

Os recursos financeiros utilizados para a implementação do modelo discutido são do orçamento do FNDE. Para a parceria firmada junto ao Inmetro, foi estabelecido Acordo de Cooperação Técnica,

em 22 de novembro de 2007, cuja vigência se encerra em 2013, com transferência de recursos na ordem de R\$ 4,9 milhões, entre os anos de 2008 e 2011. Para as pesquisas de mercado, foram firmados contratos com a FGV, cujos valores somados perfazem o total de R\$ 996 mil.

Por fim, para otimização da ferramenta de gestão, são utilizados recursos de tecnologia da informação, desenvolvidos pela Diretoria de Tecnologia (Dirte/FNDE). Na área que recebe as demandas (Dimeq), o controle dos termos de referência é feito por meio do Sistema de Licitações (SISLC). Ademais, o Sistema de Gestão do Programa Caminho da Escola (SGPCE), utilizado pela Divisão de Articulação e Controle, está sendo substituído pelo Sistema de Gerenciamento de Adesão de Registros de Preços (Sigarp). O SGPCE continha apenas as adesões ao programa citado. No Sigarp serão controladas todas as adesões às atas registradas no FNDE.

Por que considera que houve utilização eficiente dos recursos na iniciativa?

Antes da implementação do modelo de Registro de Preços Nacional, cada município deveria realizar suas próprias licitações, o que, muitas vezes, diante da já relatada falta de capacidade técnico-administrativa, resultava na aquisição de produtos e materiais de baixa qualidade, incapazes de atender plenamente às necessidades dos alunos e professores da rede básica de ensino, ainda mais se considerados produtos cujas especificações são de grande complexidade. Além disso, o tempo estimado para que uma licitação fosse concluída, por meio do modelo tradicional, era de, aproximadamente, 170 dias. Pelo modelo de Registro de Preços Nacional, os estados e municípios podem aderir à ata, emitir a nota de empenho e firmar contrato em apenas cinco dias.

A realização de um único procedimento licitatório, que centraliza a compra para atendimento de todos os entes federados, pressiona os preços para baixo. Assim, podem-se adquirir produtos com maior qualidade, aprovados e certificados, a preços reduzidos, tornando o processo mais eficiente.

Ademais, uma única licitação traz como consequência menos burocracia e redução dos custos de transação.

Além disso, ainda que o FNDE realize a compra de forma centralizada, não há dispêndio de recursos para estoque ou entrega. Os contratos são firmados diretamente entre o ente interessado e o fornecedor, sendo que a logística de entrega desses produtos incorpora o próprio termo de referência, portanto, seu custo integra o preço final dos equipamentos.

Entre os anos de 2008 e 2010, foi apurada economia de R\$ 865.943.324,67 nas compras efetuadas por meio do Registro de Preços Nacional (RPN), considerando os preços registrados (R\$ 3.826.921.875,20) e os estimados (R\$ 4.692.859.199,87), o que equivale a 18,45% de redução dos custos de aquisição.

Portanto, considerando os aspectos de economia, tanto processual quanto financeira, bem como a redução significativa do tempo necessário para aquisição dos equipamentos, verifica-se que os recursos são otimizados na implementação deste instrumento de gestão.

Monitoramento e avaliação da iniciativa

No que se refere, especificamente, ao registro de preços do ônibus escolar rural, foi realizada pesquisa, em 2009, após a entrega dos veículos, para analisar a satisfação do usuário final, bem como a necessidade de melhorias das especificações.

Com o auxílio do novo sistema de controle de adesões, é possível verificar o nível de satisfação em relação aos produtos especificados.

Internamente, a cada novo registro de preços, são implementadas novas melhorias no processo, diante do aprendizado acumulado, principalmente em relação às especificações dos produtos.

Resultados quantitativos e qualitativos concretamente mensurados

a) Especificações de produtos e materiais realizadas por especialistas, homologadas em audiência pública, com características compatíveis com as necessidades do usuário final.

b) Número de adesões aos registros de preços:

- Ônibus escolares – 12.801 unidades entre 2008 e junho de 2011. Valor estimado total de R\$ 2,7 bilhões e valor registrado de R\$ 2,4 bilhões, perfazendo uma economia de R\$ 229 milhões, ou seja, 20,73%;

- Mobiliários – 1.986.809 itens relativos ao pregão eletrônico nº 18/2010. Valor estimado total, para todos os conjuntos de mobiliários, de R\$ 379,495 milhões e valor registrado de R\$ 324,281 milhões, perfazendo uma economia de R\$ 55,205 milhões, equivalente a 14,54%;

- Bicicletas – 38.353 itens relativos ao pregão eletrônico nº 40/2010. Valor estimado total de R\$ 130,5 milhões e valor registrado de R\$ 89,3 milhões, perfazendo uma economia de R\$ 41,2 milhões, equivalente a 31,57%;
 - Capacetes – 33.083 itens relativos ao pregão eletrônico nº 83/2010. Valor estimado total de R\$ 26,768 milhões e valor registrado de R\$ 15,715 milhões, perfazendo uma economia de R\$ 11,053 milhões, equivalente a 41,29%;
 - Medicamentos – os medicamentos são adquiridos em atendimento aos hospitais universitários, que participam do pregão eletrônico na origem, não havendo, em princípio, adesão. Valor estimado total de R\$ 238,54 milhões e valor registrado de R\$ 163,2 milhões, perfazendo uma economia de R\$ 84,64 milhões, equivalente a 31,58%;
 - Equipamentos médico-hospitalares – esse caso se assemelha ao caso anterior, portanto, quem adquire os equipamentos participa do pregão na origem, não havendo, em princípio, adesão. Valor estimado total de R\$ 154,01 milhões e valor registrado de R\$ 69,37 milhões, perfazendo uma economia de R\$ 75,34 milhões, equivalente a 54,95%;
 - Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo)/Laboratórios de Informática – 122.522 laboratórios relativos ao pregão eletrônico nº 71/2010. Valor estimado de R\$ 242,6 milhões e valor registrado de R\$ 218,9 milhões, perfazendo uma economia de R\$ 23,7 milhões, equivalente a 9,76%;
 - Uniformes – 477.970 itens relativos ao pregão eletrônico nº 96/2010. Valor estimado total de R\$ 309 milhões e valor registrado de R\$ 214,3 milhões, perfazendo uma economia de R\$ 94,7 milhões, equivalente a 30,65%;
 - Programa Um Computador por Aluno (Prouca) – 132.334 unidades relativas ao pregão eletrônico nº 57/2010. Valor estimado total de R\$ 296 mil e valor registrado de R\$ 213 mil, perfazendo uma economia de R\$ 83 mil, equivalente a 28,04%;
 - Laboratório Móvel de Ensino Técnico Profissionalizante (E-TEC) – 40 unidades relativas ao pregão eletrônico nº 55/2010. Valor estimado total, para todos os grupos, de R\$ 87,519 milhões e valor registrado de R\$ 41,17 milhões, perfazendo uma economia de R\$ 46,349 milhões, equivalente a 52,95%;
 - Projetores – 40.038 unidades relativas ao pregão eletrônico nº 42/2010. Valor estimado total de R\$ 282,300 milhões e valor registrado de R\$ 146,900 milhões, perfazendo uma economia de R\$ 135,400 milhões, equivalente a 47,96%;
- c) Implantação de sistema informatizado para controle de adesões aos registros de preços;
- d) Celeridade no atendimento às necessidades das escolas, institutos federais e universidades;
- e) Reconhecimento por parte dos órgãos de controle da transparência e das vantagens do Registro de Preços Nacional;
- f) Fomento do setor produtivo interno, pois são criados nichos de mercado que envolvem diversos segmentos e, ainda, aumento da produção, considerando que são aquisições de abrangência nacional;
- e g) Economia na ordem de 18,45% dos gastos públicos, garantindo a otimização dos recursos financeiros, o que gera aumento do poder de compra do governo.

Obstáculos encontrados e soluções adotadas

Os tribunais de contas têm se manifestado em desfavor do excesso de “caronas” (órgãos e entidades que não participam da licitação na origem) às atas de registro de preços, pois assim o ganho econômico acaba sendo transferido para os fornecedores, quando a vantagem deve ser do próprio governo.

Nesse sentido, vale ressaltar que o número de produtos/materiais registrados em ata leva em conta todos os municípios brasileiros. Assim, ainda que estes não sejam participantes do certame na origem, não há que se falar em perda de ganho de escala para o setor público, pois é contemplado o volume total de equipamentos para atendimento às suas necessidades.

Diante de tais considerações, o FNDE está propondo mudanças na legislação de registro de preços a fim de melhor regulamentar as adesões às atas gerenciadas pela Autarquia, bem como incluir a permissão de utilização dessa técnica para a construção de estabelecimentos educacionais.

Fatores críticos de sucesso

a) Conhecimento da realidade local e inserção do processo de implementação no planejamento da ação: por meio do estudo de mercado é possível conhecer a realidade local e seus arranjos produtivos, bem como determinar a melhor estratégia logística para a compra governamental.

Conhecendo a realidade em que se encontram os destinatários das políticas públicas, é possível determinar qual a especificação do produto que melhor atende às suas necessidades.

b) O processo de compra traz uma economia real de recursos públicos, transparência em todo o fluxo e fiscalização rígida por parte dos órgãos de controle e da própria sociedade.

c) O estabelecimento de parcerias técnicas que garantem tanto a adequação das especificações quanto o controle de qualidade dos produtos/materiais.

d) A realização de audiências públicas, junto aos setores produtivos, favorece a adequação dos produtos em relação à capacidade produtiva dos fornecedores, agrega transparência ao processo e, ainda, contribui para o aprendizado técnico do setor público.

e) O apoio técnico oferecido, especialmente, aos municípios.

f) Por se tratar de certames licitatórios com valores vultosos, há um controle estreito por parte dos órgãos especializados (TCU/CGU), dando transparência e publicidade ao processo.

Por que a iniciativa pode ser considerada uma inovação em gestão?

a) A execução do modelo gerencial abordado se dá mediante a congregação de instituições públicas e privadas.

b) O governo federal centraliza a compra, mas não a aquisição e a entrega do material, ou seja, emprega sua capacidade técnica e imenso poder de compra para adquirir o melhor produto, mas não sobrecarrega suas equipes nem compromete, necessariamente, seu orçamento.

c) A implementação do controle de qualidade, tanto na fase de produção quanto na fase de entrega, garante a oferta de produtos com mais durabilidade e que atendem de maneira mais completa às demandas dos alunos e escolas.

d) O modelo traduz os conceitos de compras sustentáveis, ou seja, o governo usa seu poder de compra para apoiar objetivos sociais, econômicos e ambientais mais amplos, de maneira a oferecer benefícios reais de longo prazo.